

A SITUAÇÃO DAS MULHERES DE OITOCENTOS

Ana Costa Lopes *

As pioneiras

O começo de um século não é, só por si, responsável por nenhuma mudança. Mas, muitas vezes, acontece que algumas delas ocorrem então pela simples razão de as condições que permitiram a sua emergência terem vindo a ser longamente preparadas. E não raro as passagens de século mostram o culminar desses movimentos subterrâneos, representando o clímax de muitas acções e lutas que percorreram anteriormente, quase inidentificadas, o tecido social. O certo é que elas surgem em todo o seu esplendor quando reunido um conjunto de condições necessárias e imprescindíveis, algumas de natureza intelectual, outras mais estritamente ligadas às instituições e aos meios que elas encontram para impor novas práticas e teorias.

Mas as passagens de século mostram também continuidades de ideias, instituições e políticas. É o que se verifica, em termos históricos entre o século XVIII e o XIX, que se interligam a vários níveis, designadamente no que se refere às ideias e situações referentes às oitocentistas. No entanto, pensamos que, talvez, não seja exagero afirmar que, em Oitocentos, se registou um fenómeno peculiar, em que as mulheres começaram a ter na sociedade uma maior visibilidade a outros níveis, devido a um conjunto de condições especiais como o movimento liberal. Por outro lado, as ideias de disseminação da instrução por «todos» e o empenhamento de muitas mulheres na concretização desta ideologia, bem como o acesso à imprensa periódica e o seu domínio por parte de umas tantas, a leitura ou o contacto com ideias vindas de fora ou através das estrangeiras cá residentes permitiram a renovação. A passagem daquela *geração de ouro* da época finda, a de Setecentos, para a seguinte, faz-se sem contrastes porque era precisamente a mesma. Só por meados de 50, uma outra geração feminina, voltará a iluminar este período.

Abre, com efeito, o século XIX, e nele continua a brilhar, uma fulgurante plêiade de intelectuais nobres e burguesas, como a Marquesa de Alorna, Francisca

* CEPCEP, Universidade Católica Portuguesa.

de Paula Possolo da Costa, Mariana Pimentel Maldonado, a Viscondessa de Juromenha, a Viscondessa de Balsemão, Maria Kruz, entre tantas outras. Não é o elenco, porém, que é impressionante. O mais significativo é que elas não só desenvolveram, como puseram em prática ideias verdadeiramente revolucionárias, se assim se pode dizer, para a época. De facto, para além de algumas dirigirem actividades culturais nos seus salões literários onde reuniram as elites pensantes, até quase meados do século, também discutiram e difundiram as suas ideias e obras. Mas tudo isto não sucedeu sem contrastes. Ao lado dos que as apoiaram e exaltaram a sua obra, apareceram os que tentaram denegrir os seus feitos ou que pura e simplesmente lhes anularam o trabalho e o engenho recusando-lhes, por exemplo, o lugar e a visibilidade que as suas obras mereciam ter na imprensa, ignorando o concurso que elas poderiam dar ao desenvolvimento intelectual do seu tempo, silenciando os próprios contributos que, apesar de tudo, iam surgido à luz da publicidade, contra a corrente das ideias dominantes.

Mas elas não desistiram. Não só publicaram livros próprios, como fizeram traduções que lhes granjearam nome e prestígio. Uma, Teresa de Mello Breyner, condessa do Vimieiro recebeu um prémio da Academia de Ciências pela sua tragédia *Ósmia*, mas teve de concorrer com um pseudónimo masculino. Para além disso estavam atentas ao panorama dos talentos emergentes: protegeram-nos e lançaram-nos nos seus salões. E porque o momento em que se vivia implicava uma certa intervenção política, não a recusaram e empenharam-se nela.

A posição destas damas relativamente ao aspecto intelectual ou a outros, porque diferentes dos considerados tradicionalmente correctos, quer na vida privada, designadamente no que se refere ao cumprimento dos deveres familiares e domésticos, quer na vida colectiva na qual se impunha o silenciamento e o apagamento, assume diversos cambiantes que são, em parte, trabalhados em muitíssimos textos oitocentistas. De qualquer maneira existem várias contradições e dualidades que vão da clausura à emancipação, da tradição ao progresso.

As herdeiras

As herdeiras das intelectuais e mulheres de letras setecentistas não desmereceram delas e, por isso, são credoras dos maiores louvores. Algumas delas prosseguiram pelo século fora a tradição dos salões instaurada por aquelas. Curiosamente ainda os houve no século XX. Entre as mais célebres contam-se os de Maria Krus, Maria Browne, Olga Morais Sarmiento, Maria Amália Vaz de Carvalho. Todas elas mais ou menos se multiplicaram em actividades literárias, algumas das quais não praticadas pelas suas precursoras. E muitas o fizeram empenhada e intensamente, designadamente na imprensa, apesar dos obstáculos encontrados. Diga-se no entanto, em abono da verdade, que a dificuldade relativa

à expressão da cultura intelectual não é uma questão específica e exclusiva do sexo feminino. Ambos os sexos compartilham dela. O problema tem a ver com a época, com as classes dominantes e com certos intelectuais; com a política, matéria aqui não dirimida.

No entanto, o sexo feminino, ao colaborar na imprensa periódica desde o início do século XIX, ao lado dos mais conceituados escritores, ultrapassa como eles certos convencionalismos da época. Enfrentando as dificuldades próprias de quem luta contra preconceitos arraigados acerca da inadequação do género feminino para as tarefas intelectuais, as mulheres do período em causa, sobretudo até à década de 70, não só enviam as suas colaborações para a imprensa periódica dirigida por intelectuais do sexo masculino, mas também, com coragem e determinação, fundam as suas próprias revistas ou assumem funções de directoras noutras. Na imprensa periódica, que é, durante o século, o mais poderoso meio de expressão pública de ideias, elas estão efectivamente presentes, dir-se-ia mesmo em força.

Assim, em favor do seu género, estas mulheres realizaram acções fulcrais, quer na imprensa, quer em publicações autónomas e originais que mostram a energia de uma classe intelectual emergente. Afirmaram durante todo este período uma linha de pensamento que se opõe à daqueles que queriam que elas fossem apenas sentimento e coração. As suas tomadas de posição geraram forte polémica a respeito da diferença sexual determinante do ser e estar da mulher. No entanto, algumas delas defenderam corajosamente, com objectividade, inteligência, sabedoria e lucidez os seus ideais, aliás considerados masculinos para a época, dada a inexistência de uma clara imagem de mulher fora do lar e do cuidado dos filhos. De qualquer maneira, colocam-se na primeira linha do debate intelectual e propõem uma radical mudança de mentalidades. Nem utilizam a imprensa meramente para resolução de jogos ou adivinhas, modas e bordados ou outras futilidades; nem se limitam a versejar ou a propor enigmas de resolução rápida como calunia Ramalho Ortigão no final de Oitocentos. Atacam problemas sérios ligados à distribuição social dos papéis masculinos e femininos e reivindicam um papel específico da mulher na sociedade.

Para além da literatura, matéria presente em quase todas as publicações em que colaboraram, estas damas lutaram pela melhoria da condição feminina. Trataram com grande objectividade de problemáticas sociais, políticas, educacionais, por vezes, hasteando a bandeira liberal, referindo situações extremas de discriminação prática ou teórica. Deram, entre outros aspectos, testemunho dos preconceitos masculinos ainda existentes, primeiro contra a alfabetização feminina e, posteriormente, à medida que o século avançava, contra a demasiada instrução ou aplicação directa do saber ou ainda contra as carreiras profissionais que o ensino lhes poderia facultar. Estas senhoras criticaram ainda a incorrecta educação das jovens. Retratarão e condenarão a indolência, a inércia, a futili-

dade das classes elevadas. Por estes e semelhantes modos, apontaram e denunciaram os problemas e as injustiças que vigoraram ao longo de todo o século.

Não se ficaram pelo diagnóstico ou pela censura. As soluções que estas intelectuais propuseram estão relacionadas, em termos gerais, com a necessidade de alterar as políticas de instrução existentes. E se é certo que poucas foram as suas propostas levadas à prática, e deste modo com escasso efeito real, isso não se lhes deve. Era todo o sistema que estava bloqueado e emperrado. Mas também os resultados da intervenção masculina foram catastróficos como o revelam as altíssimas taxas de analfabetismo no final do século.

De facto optava-se geralmente pela exclusiva dedicação da mulher a actividades familiares e domésticas. Esta é a proposta radical de Garrett e Oliveira Marreca que, no essencial, é seguida ao longo do século, mas sobretudo com a geração de 70, principalmente com Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Maria Amália Vaz de Carvalho, que em tudo se configura com as posições dos seus próceres masculinos. No entanto, a atitude das demais intelectuais dos meados do século é muito mais aberta, inovadora e progressista. Antónia Pusich, Francisca Wood e muitas outras apostaram na renovação e na libertação das opressões tradicionais.

Nem todas, porém, foram radicais nas suas posições. Mas todas abriram uma nova perspectiva para a mulher de todas as idades ao lutarem pela sua promoção intelectual, social e humana. Para elas a instrução não devia ter como único objectivo o benefício familiar, mas também o proveito próprio. A instrução não devia ser estendida à mulher só por daí resultarem benefícios para os outros, designadamente o marido e os filhos. Da mesma maneira não devia ser apenas reservada a certos sectores da população, designadamente às casadoiras, às mães ou às grávidas, mas deveria ser obrigatoriamente estendida a todas as mulheres, independentemente da faixa etária, das mais jovens às mais velhas. Como se vê não queriam repetir os erros do passado ao fazer qualquer tipo de discriminação, porque disso já estavam elas fartas.

Ligada a todos estes aspectos está subjacente a discussão da emancipação, a qual não era entendida então, na sua globalidade, nos mesmos termos de hoje, mas apenas em algumas das suas vertentes. Era, por exemplo, aceite, pelos intelectuais mais progressistas, a emancipação intelectual e profissional. A política, porém, não dizia respeito a muitos. Eram poucas as que aderiam à emancipação política. A maioria, mesmo algumas mais activas defensoras dos direitos das mulheres, recusaria qualquer das funções ligadas a tal actividade. No entanto, negando exercê-la ou interessar-se por ela, acabaram por ter um papel interventivo. É o caso de Antónia Pusich, de Francisca Wood. Não foi o caso, por exemplo, de Angelina Vidal que muito se empenhou.

Antónia Pusich, Guiomar Torrezão, Albertina Paraíso, Mariana de Andrade, Francisca Wood são algumas das intelectuais que lutaram por que a mulher

ocupasse o espaço que lhe cabia na sociedade. Mas nem todas tiveram uma influência duradoura. Ao longo das difíceis lutas em que se empenharam, muitas eclipsaram-se ou foram tornadas invisíveis, outras desistiram. Houve as que, como Guiomar Torreção, tiveram a coragem de sustentar os maiores revezes e ataques e continuar a lutar.

A geração de 70

No entanto, um facto curioso ocorreu. A geração que se seguiu a esta, a de 70, se fosse tomada como significativa das lutas femininas pela emancipação, dar-nos-ia a impressão que nada do que se tinha pensado e escrito anteriormente tinha tido importância ou sequer existido. As imagens de uma mulher activa e interventora no campo das letras e em tantas áreas consideradas masculinas fica, então, quase totalmente apagada. O esforço feito por alguns intelectuais do início e meio do século e a reflexão sobre a condição feminina são totalmente minimizados. As mais significativas conquistas anteriores são ignoradas ou ridicularizadas por esta geração. A mulher e todas as facetas do seu pensar são menoscabadas da forma mais veemente e explícita, sendo isto feito, não só por Eça e Ramalho, entre outros, mas também pela própria Maria Amália Vaz de Carvalho que, neste aspecto, reproduz a voz de todos os críticos masculinos. Querem remeter a mulher para o âmbito restrito do privado, para as tarefas do lar e do cuidado dos filhos e da sua educação. E algumas obedecem.

Aparentemente, a afirmação desta «missão» feminina pode ser tomada por alguém como uma correcta divisão dos papéis dentro da sociedade. No entanto, constitui uma forma explícita de subjugação. Representa mesmo uma espécie de renúncia pública das mulheres intelectuais. A pena não faz parte do «enxoval social» delas. Dele constam apenas as agulhas, os vestidos e os tachos e panelas. E o mais curioso é que isso seja claramente defendido por uma intelectual com as responsabilidades de Maria Amália Vaz de Carvalho. De resto, nem sequer para as classes mais elevadas são perspectivados horizontes profissionais. Apenas se investe e pouco nas menos favorecidas.

A situação que sinteticamente aqui referimos não decorre, evidentemente, só das posições dos intelectuais de maior relevo, nem daqueles que tinham o condão de formar a opinião pública. Não são eles os únicos culpados da situação. De facto, as questões da cultura profunda de um povo, radicada nas instituições e nas práticas sociais não pode ser assacada à simples expressão ideológica definida pelos intelectuais mais significativos ou pelas cliques vanguardistas. A raiz do problema tem de ser procurada nas instituições em geral e, mais especificamente, nas condições de vida, no sistema de ensino e nas próprias escolhas políticas. Ora em todos estes campos a discriminação de género era gritante. A teoria dos autores e intelectuais conformava-se com ela.

Devem, por outro lado, ser mencionados neste contexto alguns factores de natureza económica. Em primeiro lugar, porque o país estava profundamente carenciado de meios e instituições que o pudessem fazer sair de uma situação de penúria, sendo, por isso, o papel das burguesas remetido para as tarefas em que não pudessem competir com os homens. Em segundo lugar, porque se não via uma verdadeira razão para investir na promoção das mulheres. Dado o atraso em que a sociedade estava em termos educativos (na aceção de educação formal) não parecia adequado investir os poucos recursos disponíveis no género que representava uma menor força de trabalho. As mulheres das classes mais baixas, por outro lado, não necessitavam de nenhuma instrução para continuarem a executar o seu duro trabalho braçal nos campos. De resto, na manufactura do tempo, elas nem sequer eram aceites a competir com os homens, a quem segundo a ideologia da época, competia garantir o necessário ao sustento da família. Seriam necessários ainda muitos anos para a mudança das concepções acerca desta questão, pois não estavam ainda reunidas as condições sociais e institucionais que obrigassem à sua alteração. Mesmo em outros países mais evoluídos em termos educativos, essa mudança só ocorreu no século XX, designadamente entre as duas grandes guerras.

A imprensa

Em Portugal, a imprensa periódica é aproveitada pelos dois sexos para tratar de todos estes problemas que afligiam o século. Foi ela que permitiu a luta tanto por ideais tradicionais como pelas novas ideias progressistas que vinham do estrangeiro e encontravam terreno fértil nas discriminações existentes. Se a política privilegiou os primeiros, as mulheres pugnaram e conseguiram algumas vitórias enquanto interventoras directas no quadro da formação das mentalidades do tempo. Não havendo associações de luta feminina, nem do operariado, nem da burguesia para obter tal efeito, como em outros países, a imprensa era o principal meio disponível para influenciar a opinião pública, embora no caso presente se restringisse a mudar os conceitos de certos aristocratas e de alguns membros influentes das classes superiores. No entanto, como clique que efectivamente eram, não se mostravam facilmente receptivos a tais influências.

O que é certo é que estes combates manifestaram a influência da imprensa no debate dos valores dominantes numa sociedade e que a história não é linear. Para confirmar o asserto, poder-se-iam apresentar vários factos, que não usamos neste breve resumo.

Do que não parece haver dúvidas é que houve durante todo o século XIX entre os intelectuais portugueses alguma preocupação pela melhoria da condição feminina. Mas a luta, implicada nesta preocupação de alguns, foi tendo altos e baixos ao longo do tempo, ora aflorando nas opiniões daqueles que propug-

navam a mudança, ora dominando a dominante cultural da continuação do *status quo*.

Por isso se não pode dizer que uma se interrompeu para dar início a outra, como também se não pode afirmar que a defesa dos direitos da mulher foi exclusivamente feminina. Da mesma maneira seria completamente errado afirmar que os dois sexos andaram sempre de costas voltadas um para o outro, tal como seria incorrecto fazer a história de um dos géneros sem os contributos negativos e positivos que na sua interacção intelectual e política foram dando algo um ao outro. A história mostra que, se houve intelectuais masculinos inteiramente impenetráveis à compreensão da vantagem de a mulher desempenhar novas funções na sociedade; outros deram o seu talento para que a ideia de igualdade vingasse. De facto, muitos colaboraram no desenvolvimento dessas ideias, havendo mesmo quem fosse mais progressista e mais lutador do que muitas das mulheres que estavam empenhadas na reflexão sobre a situação feminina e que queriam alterá-la. Mas é óbvio que ainda está por fazer o estudo sócio-político que englobe os dois vectores 'sexo e classe' no sentido de verificar quais as condições concretas das discriminações que se exerceram sobretudo sobre os mais fracos. Nele se poderia porventura constatar que, possivelmente, os homens das classes mais baixas foram talvez tão ostracizados durante o século como grande parte das mulheres, sobretudo das classes camponesas e trabalhadoras. Provavelmente a luta mais importante do século XIX, foi a de classe. Mas esta história não é para ser escrita agora.

Bibliografia

- ADÃO, Áurea e FERNANDES, Rogério (eds.), *Leitura e escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970*, Actas do 1.º Congresso Luso-Brasileiro História da Educação, 1996, Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998.
- ALBUQUERQUE, Luís da Silva Mouzinho de, *Ideias sobre o estabelecimento da instrução pública dedicadas à Nação portuguesa e oferecidas a seus representantes*, Paris, A. Bobée, Impressor da Sociedade Real Académica das Ciências de Paris, 1823.
- AZEVEDO, Rafael Ávila, *Tradição educativa e renovação pedagógica. Subsídios para a história da pedagogia em Portugal, século XIX*, Porto, 1972.
- BARROS, Teresa Leitão de, «A mulher e o trabalho. Conferência na Escola Comercial Patrício Prazeres», *Portugal Feminino*, 2 (18), 1931, pp. 7-8.
- , «Garrett e o seu ideal de educação feminina», *Labor*, 28 (Dez.) 1963, pp. 177-191.
- (ed.), *Maria Amália Vaz de Carvalho*, Lisboa, Panorama, 1961.
- , *Escritoras de Portugal. Génio Feminino revelado em literatura portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Tip. de António O., 1924.

- FERNANDES, Rogério, «Génes e consolidação do sistema educativo nacional (1820-1910)», in Maria Cândida PROENÇA (ed.), *O sistema do ensino em Portugal (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Colibri, 1998, pp. 23-46.
- , «História das inovações educativas (1875-1936)», in A. NÓVOA, J. Ruiz BERRIO (eds.), *A história da educação em Espanha e Portugal, Investigações e actividades*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993, pp. 157-170.
- , *O pensamento pedagógico em Portugal*, Lisboa, ICLP, Ministério da Educação, 1992 (1.^a ed. 1978).
- , *Os caminhos do ABC. Sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras*, Porto, Porto Editora, 1994.
- JOAQUIM, Teresa, *Menina e moça. A construção social da feminilidade, Séculos XVI-XIX*, Lisboa, Fim de Século, 1997 (Dissertação de Doutoramento).
- LEAL, Ivone Freitas, *Um século de periódicos femininos, Arrolamento de periódicos entre 1807-1926*, Comissão da Condição Feminina, 1992 (Cadernos Condição Feminina, 35).
- LOPES, Ana Maria Costa, *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos*, Lisboa, Quimera, 2004.
- MARRECA, Oliveira, «Educação das mulheres» in sua *Obra económica (1835-1843)*, Cecília Barreira (ed.), Lisboa, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1983, pp. 33-51.
- MATTOSO, José (ed.), *História de Portugal. O Liberalismo*, 5 (Coord. Luís Reis TORGAL e João Lourenço ROQUE), Lisboa, Estampa, 1998.
- NÓVOA, António e BERRIO, J. Ruiz (eds.), *A história da educação em Espanha e Portugal. Investigação e actividades*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, 1993.
- (ed.), *A imprensa de educação e ensino. Repertório analítico (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1993.
- PAIS, José Machado, *Artes de amar da burguesia. A imagem da mulher e os rituais de galantaria nos meios burgueses do século XIX em Portugal*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1986.
- SERRÃO, Joel, «Notas sobre a situação da mulher portuguesa oitocentista», in *A mulher na sociedade portuguesa – Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do Colóquio*, 2, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1986, pp. 325-352.
- SILVA, Maria Regina Tavares da, *A mulher. Bibliografia portuguesa anotada (1518-1998)*, Lisboa, Cosmos, 1999.